

ATA 006/2003 DO CPG

Às oito horas e trinta minutos do dia vinte e sete do mês de junho do ano de dois mil e três, reuniu-se na sala de reuniões da PROPESP, o Comitê de Pós-Graduação da FURG, com as seguintes presenças: Prof. Luiz Eduardo Maia Nery (CCPG em Ciências Fisiológicas), Profa. Raquel Rolando Souza (CCPG em Letras), Profa. Maria Isabel Queiroz (CCPG em Engenharia e Ciência de Alimentos), Prof. José Henrique Muelbert (CCPG em Oceanografia Biológica), Prof. Mario Roberto Chim Figueiredo (CCPG em Aqüicultura), Prof. Volnei Anderson (CCPG em Engenharia Oceânica), Prof. Wilson Danilo Lunardi Filho (CCPG em Enfermagem), Prof. Osmar Olinto Muller Júnior (CCPG em Oceanografia Física, Química e Geológica), Prof. José Vicente de Freitas (CCPG em Educação Ambiental), Prof. Roni de Azevedo e Souza (representante dos cursos *lato sensu*), Profa. Gilma Santos Trindade (Superintendente de Pós-Graduação) e o técnico-administrativo Jorge Augusto da Silveira Bastos, secretariando a reunião. A Profa. Eliane Terezinha do Amaral Campello compareceu a reunião a fim de prestar maiores esclarecimentos a respeito do projeto de um novo curso de especialização na área de letras. Ao iniciarmos, a ata da reunião anterior, já com algumas alterações de texto solicitadas anteriormente, foi colocada em apreciação e aprovada por todos. Em seguida a Profa. Gilma informou aos presentes que o Prof. Roni representará os cursos de nível *lato sensu* junto ao CPG até o mês de agosto, quando deverá acontecer nova indicação, conforme estabelece a Deliberação nº 034/97 do COEPE. A escolha do Prof. Roni foi realizada em reunião dos responsáveis por estes cursos, no último dia quatro de junho. **1º ASSUNTO:** O projeto do Curso de Especialização “Literatura Brasileira Contemporânea (aplicada ao Ensino Fundamental e Médio)” foi apresentado pela Profa. Gilma de forma sucinta e após passou a palavra a Profa. Eliane Campello, a qual informou que a clientela básica será composta pelos professores do ensino fundamental e médio das redes pública e privada do município. Serão oferecidas oitenta vagas, sendo que o curso só terá início caso existam no mínimo cinquenta interessados. Informou ainda que as aulas ocorrerão às sextas-feiras à noite e sábados nos turnos da manhã e tarde. O Prof. José Muelbert manifestou-se contrário à cobrança de mensalidades, pois entende que os cursos de especialização já fazem parte das atividades dos docentes de Universidades Públicas, para o que o Prof. Roni rebateu salientando que apenas neste nível de cursos de pós-graduação o MEC permite a cobrança. O Prof. Mário Chim também salientou que neste caso específico, a política utilizada foi diferente do que na prática costuma acontecer, ou seja, que seja oferecido em um primeiro momento o curso de especialização e depois o mestrado ou o doutorado, já que nesta área existe um mestrado em atividade. O Prof. Volnei registrou que sempre foi favorável a cobrança em cursos de especialização, porém que neste caso não havia encontrado nada relativo à destinação dos recursos. A Profa. Eliane corrigiu a verificação do Prof. Volnei, localizando no projeto e mostrando aos presentes que a maior parte dos recursos serão destinados ao pagamento de pró-labore aos docentes do curso, que compõem um quadro de cinco integrantes do quadro permanente da FURG e outros cinco externos ao quadro da ativa. A Profa. Maria Isabel questionou bastante a política

de cobrança nos cursos de especialização, principalmente em função de que nos cursos de mestrado e doutorado não existe essa possibilidade, acabando por penalizar duplamente estes docentes que já dedicam grande parcela da sua carga horária na manutenção dos referidos cursos. A Profa. Raquel manifestou-se contrariamente dizendo que infelizmente chegamos a uma situação em que é necessário cobrarmos onde é possível, para que possamos manter o que existe e não é permitida a cobrança. O Prof. Luiz Eduardo concorda com a utilização destas formas de captação de recursos, desde que a Instituição seja a maior beneficiária destes recursos, e não os professores envolvidos. Registrou que na sua compreensão é diferente quando uma entidade jurídica financia o projeto e não pessoas físicas, pois no seu entender já somos pagos pelos cofres públicos para atuar nesta Instituição pública. O Prof. Mário Chim também externou sua preocupação com a destinação da maioria dos recursos cobrados pelo curso ao pagamento de pró-labore aos professores envolvidos, e não a estruturação da Universidade. O Prof. José Muelbert fez questão de enfatizar que a polêmica acaba sendo maior neste momento devido à inexistência de uma política interna da Instituição no sentido de regulamentar a crescente oferta de cursos *lato sensu* pagos na FURG. O Prof. José Vicente, em função das diversas falas, colocou que é fundamental a regulamentação deste assunto junto aos Conselhos Superiores da FURG, para o que a Profa. Gilma tornou a registrar que o assunto já está sendo encaminhado de forma a que em breve tenhamos normas apropriadas para tratar estas e outras situações que dizem respeito direto aos cursos de especialização. Acha também que deve haver limites nestas ofertas de serviço através destes cursos. O Prof. Osmar, defendendo a regulamentação da oferta destes cursos, deu como exemplo algumas Instituições como a USP e a UFRGS, onde o pró-labore é taxado em vinte e cinco por cento em benefício dos departamentos. Informou também que no Departamento de Física tudo que é cobrado reverte em dez por cento para o mesmo. Ao final da discussão decidiu-se pela remessa do projeto ao COEPE, somente após anexar um documento complementar que contenha melhores esclarecimentos sobre a questão financeira do curso. **2º ASSUNTO:** com relação às informações recebidas pelos professores Osmar e Maria Isabel em recente treinamento na CAPES, a respeito do envio de propostas para mestrados e doutorados novos, o primeiro informou que em linhas gerais o Workshop não acrescentou muita coisa ao que já se sabe sobre o sistema de implantação dos cursos. Na verdade os representantes da CAPES fizeram uma retrospectiva a respeito da avaliação da pós-graduação no país. Os coordenadores de áreas mostraram através de gráficos que a maioria dos cursos concentram-se entre os níveis 3 e 4. Disseram que a competição por bolsas da CAPES a cada ano que passa se torna mais acirrada, e caso não ocorra suplementação orçamentária para a agência a situação ficará insustentável, pois o número de cursos tem crescido de forma desproporcional ao montante de recursos disponíveis. Forneceram um calendário para ingresso de novos projetos, além de um calendário para novos treinamentos para o uso do SNPG. O Prof. Osmar fez uma breve explanação sobre como se deve preencher o SNPG, para a implantação de doutorados. Após discutiu-se um pouco sobre a validade de enviar coordenadores e/ou secretários de COMCUR nestes treinamentos. A Profa. Gilma lembrou a existência do técnico

em informática do CPD Eduardo Oliveira, no qual já fizemos um investimento inicial, sendo que o mesmo continua disponível para este tipo de qualificação. Foi registrado que neste momento na FURG existem quatro iniciativas de novos doutorados e uma de mestrado. O Prof. Osmar informou ainda que esteve na Coordenação de Desenvolvimento Setorial da CAPES, onde fez alguns contatos a respeito da quota de bolsas, que a seu ver é um absurdo que um curso com conceito quatro tenha recebido um número tão ínfimo de bolsas neste ano. Obteve a resposta de que a agência está reavaliando a questão dos 30 meses de permanência no curso. Junto ao CNPq foi cobrar posição sobre os critérios utilizados para concessão de bolsas, onde obteve a promessa de que iriam enviar as explicações via E-mail. O Prof. Osmar ainda informou que não poupou críticas durante a permanência na CAPES, com relação a estarem utilizando apenas o TMT (tempo médio de titulação) como critério para a distribuição de bolsas, pois os programas bem posicionados nos demais critérios da avaliação acabam sendo penalizados. A Profa. Gilma agradeceu em especial ao Prof. Osmar pela disposição em socializar com seus colegas as orientações recebidas em Brasília. O Prof. Osmar ao encerrar salientou a importância de contar com o técnico-administrativo Clabisnei em sua secretaria, pois o mesmo tem correspondido às expectativas de apoio ao serviço da coordenação do curso, citando como exemplo esta sua viagem, onde na véspera do embarque sua permanência na capital já estava toda programada, contando com diversas reuniões agendadas junto às agências de fomento. **ASSUNTOS GERAIS:** O Prof. Volnei informou que a COMCUR de Engenharia Oceânica aprovou e está divulgando a realização de um Workshop no ano de 2004. Também lembrou que uma bolsa da quota da Pró-Reitoria, atualmente ocupada por aluno do curso, encerra neste mês de junho, sendo que a COMCUR manifestou interesse em continuar contando com ela. Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada, tendo sido lavrada a presente ata, a qual vai assinada por mim, Adm. Jorge Augusto da Silveira Bastos, que a secretariei, e pela Profa. Gilma Santos Trindade, que a presidiu.